

Água e desenvolvimento agrícola

EMILIANO PEREIRA BOTELHO

Nos últimos anos nenhum projeto de lei foi tão debatido e discutido como o da Lei 9.433. Sucessivas audiências públicas realizadas sob coordenação do seu relator, bem como diversas reuniões e workshops promovidos pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal deram oportunidade à manifestação de diferentes pontos de vista, como no caso da Companhia de Promoção Agrícola – Campo, empresa nipo-brasileira vinculada ao Ministério da Agricultura.

Ao sediar a Eco-92 o Brasil assumiu compromissos reconhecidos internacionalmente, que aos poucos vão sendo cumpridos, dos quais a Lei do Gerenciamento dos Recursos Hídricos sancionada em janeiro de 1997, que tratou de um esforço conjunto do Executivo e do Legislativo, é um dos exemplos.

O Brasil ocupa uma posição privilegiada entre os países emergentes com relação a seus ativos naturais, destacando-se entre eles a água, o que lhe assegura capacidade competitiva invejável no processo de globalização.

Para que esses ativos sejam bem utilizados, é imprescindível a interação governo e setor produtivo, que a Lei de gestão de recursos hídricos estimula, e é onde a Campo visualiza um importante papel a desempenhar.

OPINIÃO

A Agenda 21

Instrumento de diretriz das ações para se buscar um desenvolvimento sustentável, dedicou dois de seus capítulos ao que mais de perto diz respeito à ação da Campo.

Abordando todos os aspectos inerentes ao processo de desenvolvimento agrícola sustentável, o capítulo 12, que trata do desenvolvimento agrícola, remete ao capítulo 18 que trata especificamen-

te dos recursos hídricos, quando se refere à água.

O seu macroobjetivo está assim definido:

“assegurar que se mantenha uma oferta de água de boa qualidade para toda a população do planeta, ao mesmo tempo em que se preservem as funções hidrológicas, biológicas e químicas dos ecossistemas, adaptando as atividades humanas aos limites da capa-

cidade da natureza e combatendo vetores de moléstias relacionadas com a água.”

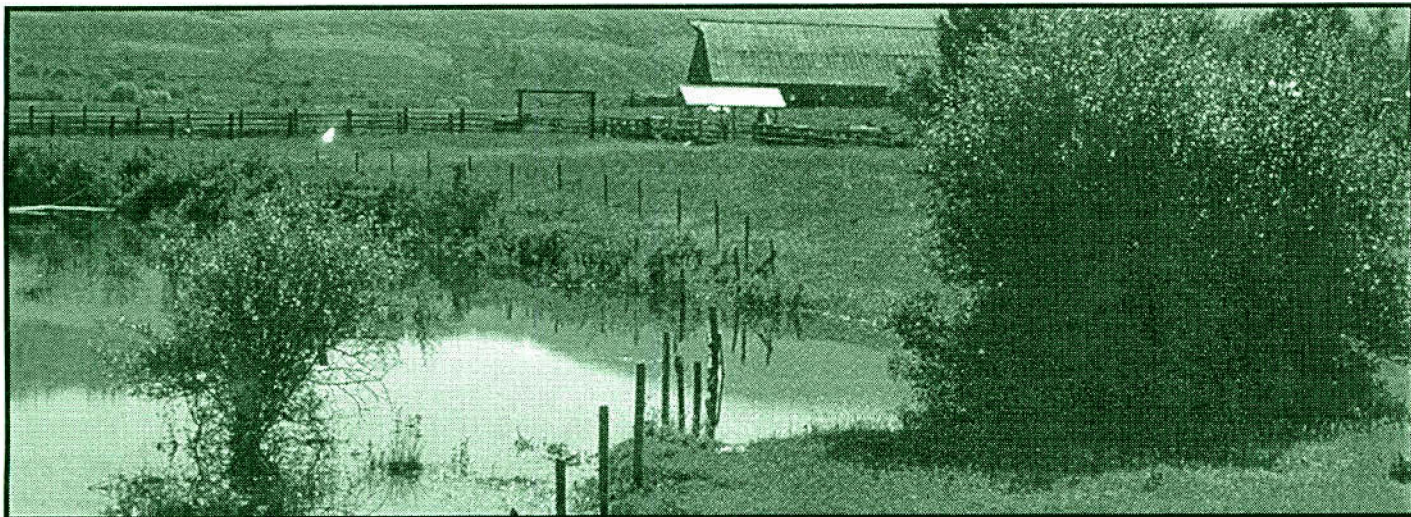
Sua abordagem foi muito objetiva e atacou pontos importantes ao chamar a atenção e concentrar ações em:

“A escassez generalizada, a destruição gradual e o agravamento da poluição dos recursos hídricos em muitas regiões do mundo, ao lado da implantação progressiva de atividades incompatíveis, exigem o planejamento e manejo integrado desses recursos”.

“Essa integração deve cobrir todos os tipos de massas inter-relacionadas de água doce, incluindo tanto águas de superfície como subterrâneas, e levar devidamente em consideração os aspectos quantitativos e qualitativos”.

“Deve-se reconhecer o caráter multisetorial do desenvolvimento dos recursos hídricos no contexto do desenvolvimento sócio-econômico, bem como os interesses múltiplos na utilização desses recursos para o desenvolvimento urbano, geração de energia elétrica, pesqueiros de águas interiores, transporte, recreação, manejo de terras baixas e planícies e outras atividades”.

“Os planos regionais de utilização da água para o desenvolvimento de fontes de suprimento de águas subterrâneas ou de superfície e de outras fontes potenciais têm de contar com o apoio de medidas



concomitantes e de conservação e minimização do desperdício”.

■ ■ ■ ■ ■ *A Campo e a legislação de gestão dos recursos hídricos*

Como agência indutora e promotora de desenvolvimento, esta Companhia reconhece que é de origem social o comportamento humano que tem agravado os efeitos de secas ou de enchentes – pelo desmatamento, pela ocupação das várzeas dos rios, pela forma desordenada do uso e ocupação do solo seja ele urbano ou rural, que degrada a qualidade da água pelo lançamento de esgotos não tratados e resíduos de defensivos agrícolas nos rios, pela disposição inadequada do lixo doméstico, industrial e agrícola no solo e pelo desperdício da água disponível.

Um dos grandes méritos da Lei que corroborou o papel exercido pela Campo está na indissociabilidade da gestão do uso do solo com a da água.

O cerrado tem potencialidades reconhecidas por todos, mas constitui um bioma frágil, principalmente onde se situam as veredas formadoras de muitos cursos d’água.

Tanto a água como o solo constituem recursos naturais e sua conservação é responsabilidade nacional. Está além da capacidade física e econômica da população rural arcar com o encargo dos altos investimentos necessários à reparação dos danos causados pela mau uso dos recursos naturais durante várias gerações.

Por isso os projetos conduzidos pela Campo, agora com o amparo legal, trata de evitar o mau uso, procurando integrar práticas conservacionistas de solo e água.

A melhoria das partes altas de bacias hidrográficas beneficia o todo – populações urbanas, rurais e indústrias. Conseqüentemente interessa a todos contribuir para melhorar as áreas rurais onde

se situam muitos agricultores de subsistência.

A pobreza causa degradação da terra, o que vem sendo reconhecido em todo o mundo como um dos principais fatores associados ao processo de desertificação, preocupação maior da Campo, que concentra suas ações em uma agricultura de mercado. Para atender às demandas de mercado, os produtores descapitalizados utilizam práticas agrícolas de baixo nível tecnológico ou tecnologias inapropriadas, sobreexplorando seus recursos e não incluindo o desgaste nos custos do produto, pois se assim o fizerem, perdem competitividade. As ações degradantes muitas vezes transcendem o limite da propriedade envolvendo outros setores da economia.

Onde a erosão do solo e a degradação das terras forem reduzidas, através de adequadas medidas de conservação do solo, a água também será conservada, e o que é mais importante, o balanço entre o homem e a natureza será melhorado.

Já se dispõe de técnicas para aumentar a produção e conservar os recursos hídricos e terrestres, mas sua aplicação não tem sido ampla nem sistemática. Este é o grande desafio que estamos a perseguir.

O nosso nível de conhecimento já nos permite afirmar, sem margem de dúvida, que para assegurar um desenvolvimento sustentável não existe manejo da água sem o do solo e o da vegetação. Daí todos terem que participar da gestão dos recursos hídricos que tem um caráter interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional, além de buscar o todo das ações onde integra o seu ecossistema para que seja eficaz. Este é o objetivo que a Lei está buscando, e a Campo alinha-se como um dos agentes indutores de sua consolidação.

Das alternativas que se têm buscado para um manejo menos agressivo, uma das mais promissoras e de maior grau de sustentabilidade é o plantio direto na palha. O plantio direto é uma forma de

É de origem social o comportamento humano que tem agravado os efeitos de secas ou de enchentes – pelo desmatamento, pela ocupação das várzeas dos rios, pela forma desordenada do uso e ocupação do solo seja ele urbano ou rural.

plantio em que o solo sofre o mínimo distúrbio possível. O plantio é feito diretamente sobre a reserva da lavoura anterior ou sobre as ervas daninhas, previamente mortas por ação de herbicidas que causem o menor impacto ao meio ambiente.

Os efeitos benéficos dessa modalidade de plantio podem ser sentidos tanto na propriedade como fora dela. A redução da enxurrada, da erosão, a diminuição das grandes variações na umidade e temperatura do solo, a diminuição do aporte de sedimento aos corpos de água e a redução da poluição e, não menos importante, a maior produtividade e o menor custo de produção a longo prazo são alguns dos benefícios proporcionados por essa forma de manejo que a Lei claramente estimula.

Grande parte dos efeitos do manejo do solo fora da propriedade – tais como a geração de enchentes e o assoreamento de corpos de água, a eutrofização e a poluição dos rios e lagos, a redução da vazão de rios e córregos durante a es-

tação seca – depende dos processos que ocorrem dentro da propriedade. A passagem de um sistema altamente impactante, como o convencional, para outro ambientalmente sustentável, como o plantio direto, aporta grandes benefícios ao meio ambiente e, indiretamente, à sociedade que dele depende.

Uma vez estabelecido de forma abrangente e consolidado em uma bacia hidrográfica agrícola, o plantio direto proporcionará uma diminuição de vazões de pico nos rios, durante o período chuvoso, e levará muito pouco sedimento aos corpos de água, que por sua vez serão capazes, com menor carga de sedimentos, de se autodepurarem.

Essa Lei imprimirá o ritmo do desenvolvimento sustentável, colocando o Brasil em posição de vanguarda. Seu texto já é reconhecido como um dos melhores do mundo, faltando agora as ações e engajamento de toda a sociedade para sua aplicação.

.....

Presidente da Companhia de
Promoção Agrícola – Campo.

Agricultura: a produção de água limpa

FRANCISCO GRAZIANO

O momento exige regulamentação. Temos desperdiçado água de maneira perdulária. Há desperdício no uso, nas redes de abastecimento urbano, cheias de vazamentos, nos processos industriais e no uso agrícola, seja em equipamentos de irrigação, freqüentemente mal projetados e/ou mal manejados, seja em outros empregos, como limpeza de granjas ou agroindústrias, onde o uso irracional também ocorre. A agricultura, por outro lado, é o único segmento que produz água limpa.

OPINIÃO

A água é, felizmente, um recurso abundante, no Brasil. Abundante, porém não infinitamente disponível, embora a tenhamos tratado até aqui como se fosse.

Temos desperdiçado água de uma maneira perdulária. Há desperdício no uso doméstico (varrer diariamente as calçadas diante das casas e prédios de apartamentos usando um esguicho em vez de uma vassoura é o exemplo mais acabado), há desperdício nas redes de abastecimento urbano, cujos vazamentos são responsáveis por perdas reconhecidamente formidáveis, há desperdício nos processos industriais e no uso agrícola, seja em equipamentos de irrigação, freqüentemente mal projetados e/ou mal manejados, seja em outros empregos, como limpeza de granjas